



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2017
CADERNO DE PROVA**

Leia com atenção as instruções abaixo:

1. Ao receber este caderno, verifique se ele contém 40 questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1a a 40.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
4. A duração da prova é de 3h e 30 minutos, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
5. Não amasse nem dobre a FOLHA DE RESPOSTAS; ela é insubstituível e será o único instrumento de aferição da nota.
6. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
7. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, etc.).
8. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora, após o início da prova.
9. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.
10. Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
11. Ao sair da sala, entregue ao fiscal este CADERNO DE PROVAS, juntamente com a folha de respostas.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL**

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

São órgãos do Poder Judiciário:

- A) O Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos dos Estados e os Ministérios da Justiça e da Defesa;
- B) O Tribunal de Contas da União, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho;
- C) O Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- D) Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, a Polícia Federal, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

QUESTÃO 02

Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, na área de sua jurisdição, os:

- A) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados;
- B) Juízes do trabalho e os membros do Ministério Público da União;
- C) Membros do Congresso Nacional;
- D) Chefes de missão diplomática de caráter permanente.

QUESTÃO 03

Aos juízes federais compete processar e julgar:

- A) A extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- B) Em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- C) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- D) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

QUESTÃO 04

A Constituição Federal/88, em seu art. 194 estabelece que a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a:

- A) Assistência Social, Previdência e Educação;
- B) Saúde, Previdência e Assistência Social;
- C) Previdência, Saúde e Habitação;
- D) Saúde, Previdência e Educação.

QUESTÃO 05

Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- A) Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- B) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- C) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação com recursos do orçamento da seguridade social;
- D) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 06

Sobre direitos da personalidade, assinale a alternativa que corresponde à teoria da personalidade condicional do nascituro.

- A) O nascituro somente adquire qualquer direito da personalidade com o nascimento com vida;
- B) O nascituro adquire personalidade plena com sua concepção;
- C) O nascituro possui personalidade condicional que surge em sua plenitude com o nascimento com vida e se extingue no caso de não chegar o feto a viver;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

D) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 07

Henrique emprestou a quantia R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para Sophia. Sete meses após o vencimento da dívida, Sophia ainda não havia efetuado o pagamento, ocasião em que veio a falecer, vítima de um câncer, deixando dois filhos maiores. Quanto à prescrição da dívida, é correto afirmar:

- A) Nunca começou a correr;
- B) Foi suspensa em decorrência da morte de Sophia;
- C) Foi interrompida em decorrência do falecimento da devedora;
- D) Continuou correndo contra os dois filhos de Sophia.

QUESTÃO 08

O tutor de Antônio considera que o adolescente já é capaz de praticar os atos da vida civil aos 16 anos, decidindo conferir ao rapaz a emancipação. Consultando um colega advogado, foi aconselhado, **corretamente**, no seguinte sentido:

- A) Antônio poderá ser emancipado via instrumento público, sendo desnecessária a homologação judicial;
- B) Antônio poderá ser emancipado via instrumento público ou particular, sendo necessária a homologação judicial;
- C) Antônio poderá ser emancipado por procedimento judicial, com a oitiva do tutor sobre as condições do tutelado;
- D) Antônio poderá ser emancipado por instrumento público com averbação no registro de pessoas naturais.

QUESTÃO 09

Em virtude de sua contratação como médico na cidade de Fortaleza-CE, Antônio estabelece residência na cidade, comprando um imóvel que atende suas necessidades. Anos depois, em viagem para Palmas-TO, Antônio conhece a advogada Luana por quem se apaixonou e com quem se casou. Como nenhum dos dois conseguiu, de imediato, transferência para a cidade do outro, permaneceram se revezando na ponte aérea semanalmente. À luz da situação fictícia e sob o aspecto estrito da vida civil, assinale a alternativa **correta**:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- A) Antônio e Luana não possuem residência habitual, uma vez que ambos se deslocam frequentemente entre Palmas e Fortaleza, não permanecendo definitivamente em nenhum dos dois lugares;
- B) Antônio permanece domiciliado apenas em Fortaleza, pois foi nessa cidade que comprou um imóvel, residindo com ânimo definitivo;
- C) Luana permanece domiciliada apenas em Palmas, pois é nessa cidade que exerce sua profissão;
- D) Antônio e Luana possuem mais de uma residência com ânimo definitivo, portanto, domiciliados em qualquer uma delas.

QUESTÃO 10

Os gêmeos Emanuel e Henrique, somente após completarem 30 (trinta) anos de idade, começam a provocar preocupação em seus genitores, uma vez que Emanuel se torna pródigo, consumindo todo o seu patrimônio de forma desenfreada, e Henrique enfrenta problemas com álcool, caracterizando um ébrio habitual. De acordo com o Código Civil:

- A) Os gêmeos são considerados absolutamente incapazes;
- B) Os gêmeos são relativamente incapazes a certos atos, ou a maneira de os exercer;
- C) Apenas Emanuel é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil;
- D) Apenas Henrique é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da Vida Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 11

Conforme as disposições do Código de Processo Civil concernentes à jurisdição e à ação, é **incorreto** afirmar que:

- A) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade;
- B) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico;
- C) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial;
- D) A jurisdição civil é exercida somente pelos juízes em todo o território nacional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 12

No capítulo destinado às intimações, o CPC disciplina que:

- A) A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será realizada perante os respectivos chefes do Poder Executivo;
- B) Os advogados poderão requerer que, na intimação a eles dirigida, figure apenas o nome da sociedade a que pertençam, ainda que não registrada na Ordem dos Advogados do Brasil;
- C) É facultado aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento;
- D) Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes, que poderão ser abreviados, e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa **correta** acerca dos atos processuais.

- A) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo;
- B) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se inválidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial;
- C) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso. Todavia, tal calendário não vincula o juiz, que pode modificar os prazos nele estabelecidos se julgar conveniente;
- D) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais após a homologação judicial.

QUESTÃO 14

O Código de Processo Civil dispõe que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL**

advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. Sendo assim, assinale a alternativa que **não contempla** o tratamento conferido ao tema pelo CPC:

- A) A gratuidade da justiça compreende as taxas ou as custas judiciais, os selos postais e as despesas com publicação na imprensa oficial;
- B) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- C) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- D) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

QUESTÃO 15

5 – Sobre o litisconsórcio, duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

- I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;
- II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;
- III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

Está correto o que se afirma em:

- A) I
- B) I e II
- C) II e III
- D) I, II e III



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 16

Mário, brasileiro, solteiro, desempregado, e com inscrição devida em cadastros de proteção ao crédito por dívida relativa à aquisição de um veículo junto a uma concessionária, contratou com a Caixa Econômica Federal empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser pago em 24 parcelas mensais. A partir da 3ª parcela, por erro no sistema de processamento de dados da instituição bancária, Mário passou a constar como inadimplente, em que pese estivesse honrando mensalmente seu compromisso junto ao banco. A Caixa Econômica Federal procedeu, então, à inscrição indevida do cliente nos cadastros de proteção ao crédito. Mário entrou em contato com o Serviço de Atendimento ao Cliente e, reconhecendo o erro, a instituição financeira, em menos de 24 horas, procedeu à exclusão do nome de Mário nos cadastros de proteção ao crédito.

Ainda irrisignado com a falha do banco, Mário ajuizou Ação de Indenização por Danos Morais em face da Caixa Econômica Federal.

O magistrado analisou que o pedido da parte autora ofende a Súmula nº 385, do Superior Tribunal de Justiça, o que enseja a improcedência liminar do pedido. Eis o teor da Súmula:

Súmula nº 385. Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

Diante do caso proposto e no que tange à audiência de conciliação, marque a alternativa **correta**:

- A) O pedido de Mário, por ofensa à Súmula nº 385, do STJ, incorre em hipótese de improcedência liminar do pedido, razão pela qual não será realizada audiência de conciliação;
- B) Em que pese o pedido de Mário ofender a Súmula nº 385, do STJ, o magistrado deverá designar audiência de conciliação antes de proferir sentença de improcedência liminar do pedido, ante o caráter disponível do direito discutido, o que permite que a instituição bancária firme acordo com a parte autora;
- C) Caso o autor não tenha manifestado na petição inicial o interesse na realização de audiência de conciliação, esta nunca deverá ser designada, pois presume-se que não será alcançada a conciliação ou mediação;
- D) Em que pese o pedido de Mário ofender a Súmula nº 385, do STJ, o magistrado deverá designar audiência de conciliação antes de proferir sentença de improcedência liminar do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

pedido, independentemente do direito discutido ser ou não disponível, circunstância a ser apreciada, apenas, diante de eventual proposta de acordo.

QUESTÃO 17

Em relação às audiências de conciliação e de instrução e julgamento, é **incorreto** afirmar que:

- A) Pode haver mais de uma sessão de conciliação, desde que necessárias à composição das partes;
- B) A realização de audiência de conciliação em momento anterior não impede que, no início da audiência de instrução, o magistrado tente conciliar as partes;
- C) A audiência de instrução e julgamento será sempre uma, não podendo ser cindida em nenhuma hipótese, sob pena de vulneração ao princípio da duração razoável do processo;
- D) O atraso injustificado superior a 30 (trinta) minutos para início da audiência de instrução autoriza que esta seja adiada.

QUESTÃO 18

Acerca dos Juizados Especiais Federais é **correto** afirmar que:

- A) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de 40 salários mínimos;
- B) Diante de eventual lacuna da Lei nº 10.259/01, é vedada a aplicação da Lei nº 9.099/95, que tem incidência exclusiva nos Juizados Especiais estaduais;
- C) Pode ser parte no Juizado Especial Federal Cível, como réis, a União, autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas federais;
- D) A competência da Vara do Juizado Federal é absoluta.

QUESTÃO 19

Julgue os itens a seguir de acordo com o CPC:

- I – A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre o início de uma e o início da seguinte;
- II - O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

III - O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, não se aplicando esta regra ao Ministério Público.

Estão **corretos** apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III.
- D) II.

QUESTÃO 20

5. Assinale a alternativa **correta** em conformidade com o CPC:

- A) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de pelo menos dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado;
- B) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica;
- C) O não comparecimento injustificado do autor à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa. Por outro lado, o não comparecimento injustificado do réu importa, apenas, no reconhecimento de que ele não tem interesse na conciliação, não configurando ato atentatório à dignidade da justiça;
- D) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, independente de licença do juiz.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei Federal 8.213/91, assinale a alternativa que contenha um benefício previdenciário **NÃO** sujeito a período de carência de 180 contribuições mensais:

- A) Aposentadoria por idade;
- B) Aposentadoria por tempo de contribuição;
- C) Aposentadoria especial;
- D) Aposentadoria por invalidez.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 22

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, é segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual:

- A) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com autarquia Federal;
- B) O exercente de mandato eletivo federal não vinculado a regime próprio de previdência social;
- C) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, não coberto por regime próprio de previdência social;
- D) O estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em agência de empresa nacional no exterior.

QUESTÃO 23

Sobre a inscrição no Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Incumbe ao segurado promover a inscrição de seu dependente, devendo este já estar inscrito quando do requerimento do benefício;
- B) A inscrição do segurado especial será feita de forma a vinculá-lo ao respectivo grupo familiar;
- C) O segurado especial integrante de grupo familiar que não seja proprietário ou dono do imóvel rural em que desenvolve sua atividade deverá informar, no ato da inscrição, conforme o caso, o nome do parceiro ou meeiro outorgante, arrendador, comodante ou assemelhado;
- D) A inscrição do segurado especial conterá, além das informações pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside.

QUESTÃO 24

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até:

- A) 36 (trinta e seis) meses, quem está em gozo de auxílio-doença.
- B) 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver licenciado sem remuneração;
- C) 03 (três) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo;
- D) 06 (seis) meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 25

Sobre o salário-família, nos moldes propostos pela Lei Federal 8.213/91, é **INCORRETO** afirmar:

- A) O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive o doméstico;
- B) O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho;
- C) A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício;
- D) O salário-família não será devido ao segurado trabalhador avulso.

QUESTÃO 26

A Lei nº 8.742, de 7/12/1993, que trata da organização da Assistência Social, garante benefício de prestação continuada de um salário-mínimo mensal à pessoa idosa. Assinale a opção que indica a idade a partir da qual a pessoa é considerada idosa, segundo esse diploma legal:

- A) 60 anos;
- B) 55 anos;
- C) 65 anos;
- D) 70 anos.

QUESTÃO 27

Marque a alternativa que indica o período de tempo em que o benefício de prestação continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7/12/1993), deve ser revisto:

- A) a cada 1 (um) ano;
- B) a cada 2 (dois) anos;
- C) a cada 4 (quatro) anos;
- D) a cada 3 (três) anos.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei 8.213/1991, não são considerados dependentes do segurado no Regime Geral de Previdência:

- A) Os pais;
- B) Os primos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- C) O cônjuge, a companheira e o companheiro;
- D) O filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

QUESTÃO 29

De acordo com a Lei 8.213/1991, possuem dependência econômica presumida as seguintes pessoas:

- A) Os avós;
- B) Os pais;
- C) O irmão maior de 21 (vinte e um) anos;
- D) O cônjuge, a companheira e o companheiro.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei 8.213/1991, não são considerados segurados obrigatórios no Regime Geral de Previdência:

- A) a dona-de-casa;
- B) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- C) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais;
- D) como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.

QUESTÃO 31

No que tange ao benefício de aposentadoria por invalidez, assinale a opção correta:

- A) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado, ainda que necessite da assistência permanente de outra pessoa não poderá ser acrescido de 25% (vinte e cinco por cento);
- B) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe confere direito à aposentadoria por invalidez, mesmo quando a incapacidade sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão;
- C) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade não terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

D) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe confere direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta de acordo com a Lei 8.213/1991:

- A) A aposentadoria por idade urbana será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na Lei, completar 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;
- B) A aposentadoria por idade rural será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher;
- C) A aposentadoria por idade urbana será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na Lei, completar 70 (setenta) anos de idade, se homem, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher;
- D) A aposentadoria por idade rural será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na Lei, completar 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher.

QUESTÃO 33

No que tange aos requisitos da Lei 8.213/1991 para concessão do benefício de auxílio-doença, assinale a alternativa correta:

- A) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 10 (dez) dias consecutivos;
- B) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;
- C) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, ainda que a incapacidade sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão;
- D) Será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto nos casos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

em que a incapacidade sobrevenha por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

QUESTÃO 34

No que tange aos requisitos da Lei 8.213/1991 para concessão do benefício de auxílio-doença, assinale a alternativa correta:

- A) O segurado que durante o gozo do auxílio-doença vier a exercer atividade que lhe garanta subsistência não poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade;
- B) O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 92% (noventa e dois por cento) do salário-de-benefício do segurado;
- C) O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade;
- D) O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, não poderá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.

QUESTÃO 35

De acordo com as disposições da Lei 8.213/1991, analise as assertivas acerca da aposentadoria por tempo de contribuição:

- I. O tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social;
- II. O tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo;
- III. O tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

De acordo com as normas previdenciárias, será considerado como tempo de contribuição o que consta **APENAS** em:

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) II e III;
- D) Nenhuma das alternativas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 36

Quanto ao benefício do salário-maternidade, assinale a alternativa incorreta:

- A) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade;
- B) Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
- C) No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade;
- D) Será calculado sobre o valor do salário mínimo para a empregada doméstica.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa incorreta:

- A) O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço;
- B) Perde o direito ao auxílio-reclusão o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- C) O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário;
- D) O instituidor do benefício de auxílio-reclusão deverá possuir a qualidade de segurado na data da prisão;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 38

Quanto ao benefício da pensão por morte, assinale a alternativa correta:

- A) É devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;
- B) É devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, necessariamente aposentado, a contar da data do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;
- C) É devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado, a contar da data do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;
- D) É devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste.

QUESTÃO 39

No que concerne ao benefício de auxílio-acidente, estão corretas as assertivas:

- I) Será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia;
- II) Não é possível a sua acumulação com o benefício de aposentadoria por invalidez;
- III) É devido ao segurado especial, desde que comprove o exercício de atividade rural, de forma contínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido.

- A) I e II.
B) II e III.
C) I.
D) III.

QUESTÃO 40

São benefícios devidos aos dependentes do segurado:

- A) Auxílio-reclusão, pensão por morte e salário-maternidade;
B) Pensão por morte e salário-maternidade;
C) Auxílio-reclusão e pensão por morte;
D) Auxílio-reclusão e salário-maternidade.